

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

História: espaços, poder, cultura e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-621-5
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.215211811>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O trabalho de pesquisa em história e ciências humanas busca, de maneira geral avançar, de maneira constante e perene sobre o entendimento das pessoas, suas vidas, aspirações, anseios e comunidades. Ao longo dos anos, a produção de conhecimento na área tem aprofundado seu entendimento das diferentes tramas e possibilidades que movimentam a sociedade, sua formação, desenvolvimento, seus conflitos e crises. Assim, algumas categorias, como o entendimento do espaço como uma unidade explicativa e organizacional da sociedade aparece com mais frequência, na tentativa de entender o impacto que os grupos sociais sofrem na construção espacial de suas identidades.

Da mesma maneira, a noção de poder está bastante presente. A historiografia se estrutura, classicamente, acompanhando as estâncias de poder formais, governantes e reis. Entretanto, hoje podemos observar esse conceito e suas possibilidades de maneira mais complexa, entendendo o poder, também como unidade explicativa, como construção social, em suas diferentes facetas e manifestações.

De fato, é no reconhecimento das pluralidades que mais se tem avançado, ultimamente, pluralidade essa que se revela, tanto na sociedade globalizada, com sua velocidade de produção e circulação de informações quanto às possibilidades da construção do conhecimento. Ao mesmo tempo, ampliam -se consideravelmente as perspectivas de diálogo entre História com diferentes campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de olhares que se apresentam para a sociedade nos dias de hoje, em seus espaços de cultura e poder, e em todos os caminhos que se possam avançar na construção dos saberes, é um dos grandes objetivos das ciências humanas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ARTE CEMITERIAL: PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BAURU

Jéssica Chabaribery Ferreira

Fábio Paride Pallotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118111>

CAPÍTULO 2..... 11

CONSTRUÇÃO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL E A ARTICULAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA ENTIDADE INTERNACIONAL - CONTUA

Rogério Fagundes Marzola

Maria do Socorro Oliveira Marzola

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118112>

CAPÍTULO 3..... 22

ENTRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA NO SANTUÁRIO DE APARECIDA: NOTAS PARA UMA LEITURA DO ESPAÇO URBANO E DO TURISMO RELIGIOSO

Ana Maria Cardachevski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118113>

CAPÍTULO 4..... 35

JOAQUIM SALDANHA MARINHO E O PROJETO DE BRASIL MODERNO

Renata Ribeiro Francisco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118114>

CAPÍTULO 5..... 46

NAS MÃOS DO TIO SAM: AS CONTINUIDADES E RUPTURAS DA PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL

Antônio Carlos Cabral de Medeiros

Bianca Gisele Pinheiro do Nascimento

Luiz Alberício de Araújo Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118115>

CAPÍTULO 6..... 59

O INDIVIDUAL E O SOCIAL: NELSON DE PAULA NETO E O CORONELISMO

Rodrigo Guimarães Motta

Luciano Antonio Prates Junqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118116>

CAPÍTULO 7..... 74

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO CONTEXTO INTERÉTNICO: ENTRE PERMANÊNCIA E RUPTURA DO SISTEMA, VALORES E HUMANIDADE

Tadeu dos Santos Kaingang

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118117>

CAPÍTULO 8	92
REDES SOCIAIS E RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESCRAVIZADOS E LIVRES NO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA	
Israel Aquino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118118	
CAPÍTULO 9	105
UM CAPÍTULO NA HISTÓRIA DO DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO: ALCIDES CRUZ	
Luís Fernando Massonetto	
Guilherme Ricken	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118119	
CAPÍTULO 10	116
VOZES D'ÁFRICA: A VOZ DA RESISTÊNCIA DE CASTRO ALVES AO <i>SLAM</i>	
Vitória Maria Sá da Silveira	
Débora Cristina Santos e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21521181110	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	129
ÍNDICE REMISSIVO	130

NAS MÃOS DO TIO SAM: AS CONTINUIDADES E RUPTURAS DA PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 06/08/2021

Antônio Carlos Cabral de Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/1179946221450094>

Bianca Gisele Pinheiro do Nascimento

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/9850559710199004>

Luiz Alberício de Araújo Neto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/2185250215670336>

RESUMO: Este trabalho busca contribuir para o resgate do conceito de Imperialismo através do estudo das continuidades e rupturas na participação americana para a concretização de dois eventos históricos no Brasil, o Golpe de 1964 e o Neogolpe de 2016. Esse escrito utiliza como procedimento metodológico a pesquisa documental que pode ser dividida em quatro categorias: textos acadêmicos; fontes jornalísticas; sítios eletrônicos e fonte audiovisual. Assim, discute-se a modificação da estratégia estadunidense de propagação do discurso anticomunista no país e a preparação de uma operação militar para derrubar um presidente democraticamente eleito, utilizado em 1964, para a adoção de táticas denominadas de “Guerra Híbrida” e “Lawfare”, aplicada em 2016. Procura-

se debater, também, aspectos semelhantes em ambas experiências, como a necessidade dos Estados Unidos em ter um governo brasileiro submisso aos seus interesses e o financiamento, no Brasil, de instituições e organizações para atender seus intuítos. Desse modo, esse trabalho procura demonstrar a relevância e o caráter subreptício do imperialismo estadunidense para a democracia na América Latina e, em especial, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo; Golpe de 1964; Neogolpe de 2016.

IN UNCLE SAM’S HANDS: CONTINUITIES AND RUPTURES OF THE AMERICAN INVOLVEMENT IN THE BRAZIL COUPS OF 1964 AND 2016

ABSTRACT: This paper seeks to contribute to the recovery of the Imperialism concept through the study of the continuities and ruptures in the American involvement for the attainment of two historical events in Brazil, the Coup of 1964 and the Neo-coup of 2016. This article employs as methodological procedure the documentary research that can be divided into four categories: academic texts; journalistic sources; electronic sites and audiovisual source. Therefore, it discusses the change of the US strategy of spreading the anti-communist discourse in the country and the preparation of a military operation to overthrow a democratically elected president, employed in 1964, for the adoption of tactics called “Hybrid War” and “Lawfare”, enforced in 2016. It also aims to discuss similar aspects in both experiences, such as United States need to have a Brazilian government submissive to

its interests and the financial support, in Brazil, of institutions and organizations to serve US purposes. Consequently, this paper sought to demonstrate the relevance and the surreptitious nature of U.S. imperialism for democracy in Latin America and especially in Brazil.

KEYWORDS: Imperialism; Coup of 1964; Neo-Coup of 2016.

1 | INTRODUÇÃO

Os pressupostos defendidos por Atilio A. Boron no seu texto intitulado “A questão do Imperialismo” são cruciais para este trabalho, pois afirma-se a necessidade dos pesquisadores latino-americanos resgatarem o conceito de Imperialismo, principalmente em uma conjuntura marcada pela submissão de seus países aos ditames das potências estrangeiras. Sendo imperialismo, portanto, a subjugação de países capitalistas periféricos pelas potências estrangeiras. Tendo isso em vista, esse artigo tem como objetivo contribuir para a retomada do estudo dessa terminologia, a qual demonstra-se como essencial para compreensão da América Latina, através do estudo das continuidades e rupturas da participação americana em dois eventos históricos brasileiros, o Golpe de 1964 e o Neogolpe de 2016. Busca-se, assim, refletir se, apesar das diferenças existentes entre esses dois fatos históricos, é possível tecer proximidades entre a participação dos Estados Unidos nos dois.

Para dar continuidade, é preciso discutir alguns aspectos pertinentes acerca dos conceitos utilizados no trabalho. Os eventos tratados são denominados golpes já que, por definição, Golpe de Estado seria “a tomada de poder e a consequente queda do governante, a partir de uma brusca e violenta ruptura institucional” (MONTEIRO, 2018, p.63). Contudo, ainda segundo Monteiro, o evento de 2016 seria um tipo de Golpe de Estado um pouco divergente dos clássicos e passou a ser conhecido como Neogolpe. Esse evento se faz compreensível à luz da contribuição dos termos Guerra Híbrida, usado para entender a nova tática político-militar adotada pelos Estados Unidos para substituir governos não alinhados à sua política no pós-Guerra Fria, e lawfare, sendo esta última concebida como:

o uso indevido do direito para se alcançar um fim no âmbito político. Trata-se de uma prática fraudulenta e perversa que leva o direito a ser utilizado como um mecanismo de exclusão de alguém do universo da cidadania e de sua transformação em um inimigo a ser caçado e deslegitimado (RODRIGUES, 2018, p. 83).

2 | O GOLPE DE 1964 NO BRASIL

De acordo com Hector Bruit, desde a formulação da Doutrina Monroe em 1823, é propagado o ideário de que o continente latino-americano pertencia aos norte-americanos. Esse fato contribuiu para a legitimação de um conjunto de interferências na política interna nas nações latino-americanas, por parte dos estadunidenses (BRUIT, 1986).

Além disso, vale explicitar, que no período da Guerra Fria, marcado pela rivalidade e disputa entre Estados Unidos e União Soviética pela hegemonia mundial, as práticas imperialistas americanas se aprofundaram. Na América Latina, isso já se mostrava nítido no final da década de 1940 quando foram criados o Tratado Interamericano de Aliança Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), duas medidas que ofereciam um maior controle americano na região. (DOMINGOS, 2016).

Durante os anos 1960, esse conflito bipolar se aprofunda e ganha novas particularidades no continente latino-americano. Pode-se destacar, a eclosão de movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas protagonizados pelos países definidos como Terceiro Mundo, a vitória da Revolução Cubana em 1959 e sua guinada socialista nos anos seguintes. Esse último acontecimento, em especial, influenciou ainda mais a tentativa de controle dos EUA sobre outros países da América, já que Cuba estava se libertando das influências norte-americanas e se aproximando da URSS.

Diante do cenário conturbado da Guerra Fria, João Goulart assumiu a presidência do Brasil, em 1961. Sua posse não foi feita de forma tranquila, a começar pelas circunstâncias que levaram a ela. Em um curto período de tempo houve a renúncia de Quadros, a posse da presidência por Mazzili, a decisão de tornar o país uma república parlamentar, e o empossamento de Goulart (que era, anteriormente, vice-presidente). Só em 1962, um plebiscito põe de volta o presidencialismo e dá oportunidade de Jango iniciar, de fato, seus projetos para o país. Ele tinha intenção de aplicar o Plano Trienal, na busca de combater a inflação e retomar o crescimento econômico, bem como, pretendia implementar as Reformas de Base, as quais visavam reduzir o quadro de desigualdade social e, a partir disso, garantir o desenvolvimento do país.

A trajetória do governo Goulart não agradava a todos os setores. Suas medidas descontentavam grupos mais conservadores do Brasil, bem como ia de encontro aos interesses dos EUA de assegurar sua influência ideológica e econômica no país, tomando como exemplo a Política Externa Independente e a Lei 4.131/1962, também conhecida como “Lei da remessa de lucros”, a qual estipulava restrições quanto a aplicação do capital estrangeiro e a remessa de valores para fora do país. Em discurso na sede da ONU, no ano de 1962, Goulart chegou a afirmar, a respeito de investimento estrangeiro, que as companhias estrangeiras não poderiam obter lucros excessivos que as enriqueçam depressa às custas do empobrecimento do país. Assim, entende-se melhor qual era a situação política da época que levou, em 1964, o governo dos Estados Unidos a alinhar-se com as forças interessadas na deposição de João Goulart.

Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomadas pelos EUA foi o lançamento, ainda em 1961 do programa Aliança para o Progresso. Sob o véu de ajuda convencional, o programa, ao enviar capital externo para países da América progredirem e combaterem a miséria existente no continente, tratava-se mais de uma forma de tentar manter o controle sobre esses países, ainda mais por ter perdido seu domínio em Cuba há apenas pouco

tempo. A Carta desse programa estabeleceu que:

os países em desenvolvimento seriam ajudados com um capital externo de pelo menos 20 bilhões de dólares, principalmente de dinheiro público, durante um período de dez anos e, que os países menos desenvolvidos teriam prioridade nessa assistência. A carta estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento econômico a longo prazo, para medidas de ação imediata e a curto prazo, e para a assistência externa dos Estados Unidos em apoio aos programas nacionais de desenvolvimento (PARKER, 1977, p. 17).

No Brasil, a maior e mais populosa nação da América Latina, o sucesso do programa e da influência norte-americana deveriam ser mantidos a todo custo. Assim, foi enviado para o Brasil um personagem de extrema importância para a história nacional daquele momento, Lincoln Gordon, o embaixador americano no Brasil. Ele teria sido a “figura central das articulações do apoio governamental dos Estados Unidos à conspiração militar” (LARA, 2016, p.3) e atuou para que o país não se tornasse “hostil” aos interesses norte-americanos. No documentário “O dia que durou 21 anos”, de 2013 dirigido por Camilo Tavares, têm-se, inclusive, uma conversa entre o presidente Kennedy e Gordon, no qual o embaixador afirma que o “fundamental é organizar as forças políticas e militares para reduzir o seu poder [de Goulart] e num caso extremo afastá-lo”.

Iniciou-se, no país, uma verdadeira campanha de desestabilização do governo de Goulart, com intuito de reduzir o seu poder. Uma das formas de desestabilizar foi o financiamento ilegal de opositores, investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O arquivo público de Pernambuco disponibilizou a documentação, composta de mais de 15 volumes, da investigação da atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Sobre o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil, Fico comenta:

O próprio embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart. Naturalmente, a autorização para tal intervenção foi dada pelo presidente Kennedy (2014, p. 77).

Essas mesmas organizações ainda revelam o papel da mídia, a qual sob pretexto de ameaça comunista, criava as condições para uma crise política anterior ao golpe. Foram produzidos conteúdos, evidenciados no documentário “O dia que durou 21 anos”, para fazer com que as pessoas aceitassem o golpe. Em outras palavras, a intenção era manipular a opinião pública, o que se mostrou eficiente, haja vista que muitos civis apoiaram o golpe, a exemplo das manifestações da “Marcha da Família com Deus pela liberdade”.

A campanha de desestabilização, segundo Fico, evoluiu para um possível golpe no final de 1963, quando o governo norte-americano se preocupou com como iria se portar diante da possibilidade de afastar Goulart da Presidência do Brasil. Dessa forma, foram elaboradas pelos americanos linhas de ação estratégica para cenários possíveis,

chamadas de Plano de Contingência e previu também a Operação Brother Sam, uma força-tarefa naval que apoiaria os golpistas em caso de conflitos. Alguns dos documentos que comprovaram a operação foram divulgados ainda em 1976 pelo Jornal do Brasil. Fico também comenta a participação de José Pinheiro de Ulhoa Cintra na operação, homem de confiança de Castelo Branco. O golpe acabou sendo rápido e não foi preciso que a operação “Brother Sam” continuasse, pois não houve confronto armado. No entanto, ela expressou a disposição intervencionista, no sentido militar, dos EUA sob o Brasil.

O golpe iniciou em 31 de março de 1964 com as tropas comandadas por Mourão Filho se deslocando de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro com o objetivo de derrubar o governo. Jango foi para Brasília e de lá, para o Rio Grande do Sul, sem autorizar uma resistência para enfrentar os golpistas. O Congresso, por sua vez, declarou a vaga a Presidência da República, enquanto João Goulart ainda se encontrava em território Brasileiro, e empossou Ranieri Mazzilli na madrugada do dia 2 de abril. Posteriormente, Jango partiu para o Uruguai.

Ainda na noite do dia 2, os Estados Unidos reconheceram o novo governo, preocupados em demonstrar que o acontecimento da derrubada do presidente Goulart foi um ato legal, um “açodamento que renderia críticas internas e da comunidade internacional” (FICO, 2008, p.109).

3 | O NEOGolPE DE 2016 NO BRASIL

Antes de aprofundar na interferência americana no Neogolpe de 2016, deve-se ter em vista como aconteceram os eventos do golpe propriamente dito, sendo fundamental, primeiramente, reafirmar o entendimento de que o conceito de Golpe de Estado passou por alterações de significados no decorrer do tempo. Desse modo, deve-se compreender que os Golpes de Estado não se dão da mesma maneira do passado. Assimilado tal fato, pode-se definir que o que aconteceu em 2016 foi um Golpe de Estado de novo tipo, denominado por Leonardo Valente Monteiro como Neogolpe, marcado pela ausência da utilização de forças armadas e pela existência de uma aparente legalidade. Para compreendermos o Neogolpe no Brasil é necessário olharmos para a geopolítica internacional da época. É importante compreender que a crise agravou ainda mais o acirramento das disputas pela hegemonia global, em uma espécie de nova guerra fria, entre o bloco da OTAN, liderado por Estados Unidos e União Europeia, e do BRICS, tendo à frente do bloco China, Índia e Rússia.

Essa disputa além de econômica também é ideológica, pois o grupo ocidental representa a permanência das políticas neoliberais, ao passo que o grupo oriental apresenta-se como alternativa a tais práticas. É em meio a esse contexto de disputas que houve dois eventos importantes: a crise imobiliária dos EUA e a queda dos preços do petróleo. Ainda em 2008, aconteceu a “crise dos subprimes”, que foi resultado das práticas financeiras de

especulação imobiliária dos Estados Unidos, responsáveis por sobrepujar à riqueza real de bens, levando à criação de uma bolha especulativa que estourou, provocando a quebra de bancos, falência de empresas e afetando muitos países, já que a maior parte da economia global está vinculada a este setor financeiro (MOTA, 2013). Além disso, o bloco da OTAN, a partir da Primavera Árabe, conseguiu abalar os governos de países que dificultavam o controle da região maior produtora de petróleo e assim botando em prática, junto a alguns países árabes, a queda dos preços do petróleo. Esse “dumping” afetou a economia russa, grande produtora de gás natural, fazendo cair o seu crescimento econômico, e também afetou a economia do Irã, já que metade de suas receitas vem do ramo petrolífero (vale lembrar que a China vinha se aproximando do Teerã, logo também foi prejudicada). Assim, percebe-se que a queda dos preços influenciou na queda do crescimento econômico da China e Rússia, além das economias alinhadas a esses países, e é aí que entra a América Latina.

Na década de 1990 começaram a se formar os movimentos que dariam início aos governos progressistas na América Latina, e embora todos tivessem uma orientação socialista eles divergiam muito entre si. O Brasil caminhava até 2002 seguindo uma agenda neoliberal, ou seja, exclusivista, mas a partir de 2003, com a ascensão de Lula e do PT, o Brasil passou a ter mais políticas inclusivas, de maior divisão das benesses produzidas, que gerou um aumento na igualdade e a ampliação de direitos. Esse bloco progressista manteve-se relativamente independente, flertando tanto com a OTAN como também com a China e a Rússia, dessa forma, estes governos representavam uma ameaça à hegemonia americana sobre o continente. Além desse fator, a interferência americana acontece para perpetuar a corrupção e pobreza nos países em que se interessa, pois em épocas de crise é necessário garantir a espoliação direta dos recursos naturais e das massas. Portanto, é mais fácil fazer isso em países não soberanos, onde os recursos possam ser escoados para países como os Estados Unidos.

Compreendido o contexto político da época faz-se necessário conhecer quais foram os agentes do golpe de 2016. Entre eles está a elite econômica nacional e sua aliança com a elite econômica internacional. Essa aliança surge para manter o projeto exclusivo semelhante ao projeto anterior ao governo Lula, beneficiando a elite nacional, e mantendo a principal liderança econômica latino-americana subalterna na divisão mundial do trabalho. Segundo Nobre (2018, p. 60) “A dominação dos EUA sobre a América Latina só é possível mediante o aval da elite econômica brasileira que – diferentemente da elite econômica de países do centro do sistema capitalista – não possui projeto de nação”.

Para entender a participação americana no golpe de 2016 é preciso entender também quais eram os objetivos americanos na América Latina, e especificamente no Brasil. Desde o período Lula (2003-2010) o Brasil tinha praticado uma série de medidas protecionistas com relação à exploração do petróleo, como a necessidade de uma cota mínima de equipamentos nacionais para a extração. Em 2006 a Petrobrás anunciou a descoberta de

óleo na camada do pré-sal, e já em setembro de 2008 ela começou a exploração. Porém, em abril de 2008 os Estados Unidos colocaram em operação a Quarta Frota, destinada a operar no Atlântico Sul, uma aparente coincidência, mas que foi desmentida por Edward Snowden ao anunciar que os Estados Unidos espionavam a Petrobrás, notícia divulgada pelo site G1 em 2013. Em 2010, Lula instituiu o sistema de partilha para a exploração do petróleo sub-sal, que possibilitava à Petrobras 30% da exploração no mínimo em qualquer operação no pré-sal, e ainda com o poder de veto.

Este sistema de partilha permaneceu durante o governo Dilma, que venceu as eleições de 2010. Em maio de 2013, o vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, chega ao Brasil para, entre suas pautas, aumentar a participação americana na partilha do pré-sal, porém a decisão do governo de Dilma foi de manter o sistema como estava. Poucos meses depois da visita de Biden, surgem manifestações em São Paulo referentes ao aumento da passagem de ônibus, com entre cinco mil a 20 mil manifestantes. Com pouco tempo, e de maneira aparentemente espontânea, estas manifestações se espalham para outras capitais e adotam outras reivindicações, como o discurso anti-petista, já contando com centenas de milhares de manifestantes. Vale destacar que as manifestações podem parecer espontâneas, mas como destaca Visentini (2014, p.140): “pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação (...) [não obstante sejam] resultado de uma vasta planificação” (apud SOUZA, 2018, p.44). Retomaremos depois o debate sobre o papel dos EUA nas manifestações. Mas, vale lembrar que a Petrobrás surgiu como uma empresa que garantiria a soberania nacional da exploração do combustível sobre empresas estrangeiras, portanto, o petróleo é um item estratégico para a soberania nacional. Extrair o óleo do pré-sal não seria fácil, e seria inviável extrair a elevados preços para que fosse vendido barato, então é essencial para o imperialismo manter a baixa dos preços de combustível. Vale lembrar também que após o golpe o governo de Michel Temer desfez todas as iniciativas feitas pelos governos Lula e Dilma na regulamentação da exploração do pré-sal, que pretendia ser um projeto de soberania energética, com vários royalties destinados para a educação pública.

Ao se analisar criticamente os governos de Lula e Dilma, consideramos a importância para dar continuidade aos projetos inclusivos, porém o governo do PT não conseguiu construir uma nova narrativa hegemônica, acomodando interesses das elites industrial e financeira. A estratégia do PT era de melhorar as condições materiais da sociedade, mas sem confrontar os valores históricos que fundamentam os fatores políticos e econômicos dominantes. Até 2013, as elites econômicas tinham um acordo político com o governo federal, e que lhe rendiam bons lucros, mas elas viram a oportunidade de romperem a aliança e buscarem um meio mais seguro de garantir suas rendas em meio ao cenário incerto das crises capitalistas. Para elas, seria melhor que o governo adotasse uma agenda exclusiva, portanto, se aliaram às elites estrangeiras para a derrubada do governo Dilma. Não é à toa que as manifestações que deram início aos movimentos que buscavam a derrubada

de Dilma foram articuladas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (NOBRE, 2013, p. 64). Mas para isso é também necessário uma fundamentação ideológica que unisse o povo para lutar contra seus próprios direitos. É nesse sentido que entra a uma parcela da mídia nacional que é especialista em desinformação e manipulação de fatos. Várias narrativas entraram em ação para desinformar, tornando menos desejável um projeto de governo de diminuição das desigualdades sociais. O discurso que se configurou foi o de que a corrupção impregnava todo o Estado, e que todos os problemas sociais decorriam disso, que acabou criminalizando a política, os políticos e o PT, deslegitimando as políticas públicas sociais. Dessa forma, o discurso anticorrupção ganha uma carga de destruição e diminuição do Estado, como também de suas políticas de busca por hegemonia.

O golpe de 2016 se assemelha a vários acontecimentos contemporâneos, denominados de revoluções coloridas, explicitados melhor por Souza:

As revoluções coloridas são o componente civil da guerra híbrida que os EUA vêm fazendo para tentar dar sobrevida à sua hegemonia, que entrou em decisivo declínio em 2001 com a implementação do Projeto para um Novo Século Americano. Elas viabilizam a mudança de regime por meio de operações psicológicas materializadas em um conjunto de táticas e métodos de luta não violenta e são aplicadas em Estados não alinhados aos Estados Unidos (2018, p. 48).

Dessa maneira, as revoluções coloridas mantêm um padrão, que consistem em três características, “o processo, os objetivos e o envolvimento de atores estrangeiros.” (SOUZA, 2018, p.48). O processo é constituindo no apoio à formação de grupos articulados que defendam a democracia liberal, buscando incitar manifestações aparentemente espontâneas para erodir o governo atual, tendo como objetivos o neoliberalismo e alinhamento aos EUA, e com o incentivo de agências governamentais dos EUA e de ONGs ligadas a essas agências (SOUZA, 2018).

[...] pode-se dizer que as manifestações contra o aumento real de vinte centavos funcionaram como o acontecimento que deu início a uma revolução colorida, liberando a energia acumulada pelas operações psicológicas promovidas por think tanks e ONGs como o Instituto Milênio, Instituto Liberal, Instituto Misses Brasil, Atlas Network, Estudantes Pela Liberdade, todos com estreita relação com lideranças, partidos e políticos que tiveram destacado papel no golpe de 2016 (SOUZA, 2018, p. 45)

Um ideário minimamente progressista nos países da América é perigoso para a hegemonia capitalista. Dessa forma, os Estados Unidos financiavam oposições ideológicas através de *think tanks*, intelectuais e mídia para que se criasse um ideário neoliberal. Várias associações e pessoas ligadas ao financiamento de ONGs ou ao governo dos Estados Unidos atuaram de alguma forma a promover a revolução colorida, tais como movimentos políticos de direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Estudantes Pela Liberdade (EPL), que eram apoiados economicamente e com treinamento pela *Atlas Network*, ONG financiada pela USAID (acrônimo em inglês para Agência dos Estados Unidos para o

Desenvolvimento Internacional) e por empresas americanas (KANAAN, 2018).

Ainda destacamos a atuação do juiz Sérgio Moro, um dos vários juízes que receberam treinamento dos EUA, sendo responsável pela operação lava-jato e aplicação do *lawfare* contra o PT (KANAAN, 2018; SOUZA, 2018). Como bem explica no vídeo intitulado “acbrazil lessons” (2018), de modo a não deixar dúvidas do envolvimento dos EUA com a Lava-Jato, o Procurador-Geral Assistente em Exercício pelo Departamento de Justiça dos EUA – Divisão Criminal, Sr. Kenneth Blanco, os procuradores dos EUA e do Brasil tem uma estreita “confiança”, compartilhando dados e utilizando-se de meios extraoficiais e não registrados em seu combate à corrupção em vários países, sendo responsáveis também pela perseguição a Lula. O Projeto Pontes, financiado pela embaixada americana, tinha como objetivo treinar juízes para a aplicação da lei no Brasil, sendo o juiz Sérgio Moro um dos que participaram do treinamento. A lei sendo usada como arma política de maneira antidemocrática foi decisiva para a diminuição da popularidade do PT, e como consequência houve abusos de vias antidemocráticas, parciais (haja vista o reconhecimento do STF em junho de 2021 sobre parcialidade de Moro na condenação de Lula) e golpistas, bem como a ascensão do fascismo no Brasil. Como prova do apoio dos Estados Unidos às práticas de *lawfare*, Moro foi homenageado pela Universidade de Notre Dame, revista Time e Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (SOUZA, 2010). Para corroborar mais ainda com as provas, Moro foi indicado e assumiu como Ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018 de clara ideologia fascista e que não esconde seu apoio aos Estados Unidos. As consequências políticas foram drásticas não apenas para a esquerda no Brasil, mas também para a democracia, “O golpe impôs uma série de medidas neoliberais, agenda que havia sido refutada pelas urnas” (SOUZA, 2018, p. 47).

Para se entender o retrocesso em políticas progressistas no período pós-golpe, basta analisarmos o relatório da OXFAN Brasil, uma ONG destinada a combater a desigualdade, que demonstra em seu relatório de 2018, intitulado “País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras”, que as políticas liberais reacionárias começaram a surtir efeitos gerando mais desigualdades. Este relatório revela que pela primeira vez em 23 anos houve recuo na equiparação de renda entre homens e mulheres, afirma que o IBGE calcula que os rendimentos mensais do 1% mais rico são de 36,6 vezes a mais que os dos 50% mais pobres, e demonstra que pela primeira vez em 15 anos a renda dos 40% mais pobres foi desfavorável em comparação a renda média total. A geopolítica internacional também foi afetada pelo golpe. O grupo contra hegemônico do BRICS, ao qual o Brasil pertence, possui agora um membro que apoia a hegemonia estadunidense, caráter que continua presente com a agenda neoliberal. E países que eram historicamente parceiros do Brasil, devido também a questões ideológicas e pautas progressistas, tais como Venezuela e Uruguai, agora possuem divergências.

Nas palavras do próprio Korybko, autor e formulador do conceito de guerra híbrida, os EUA, através da Lava-Jato e instituições americanas, financiam políticas golpistas,

e o Brasil virou alvo dos EUA bem antes da descoberta do pré-sal, mas desde quando Lula foi eleito (LUCENA; LUCENA, 2018). É importante entender as práticas de atuação estadunidense nas manifestações de 2013, golpe e lawfare, para que se possam destacar os objetivos estrangeiros e de grupos reacionários que levaram a medidas antidemocráticas e a um governo com uma agenda neoliberal. O golpe fez com que o Brasil também se apresentasse como defensor da atual hegemonia e configurou as políticas e formas de se fazer e pensar as guerras híbridas.

Da mesma maneira que no passado, em que foram reproduzidos golpes militares na América Latina para impedir agendas políticas de integração econômica e inclusão, agora ocorrem novamente uma série de golpes no continente, mas com uma metodologia diferente, utilizando-se não mais das tradicionais quarteladas, mas de *fake news*, *lawfare* e mídia nacional. Para afetar a hegemonia, garantindo à elite nacional o lucro e aos agentes externos o Brasil como vassalo, era necessário que os recursos públicos fossem desmantelados e espoliados. As manifestações de 2013, que começaram com reivindicações bem gerais, de caráter progressista e sem lideranças específicas, logo começaram a adotar exigências influenciadas pela classe média, historicamente desvinculada à luta por justiça, tornando-se manifestações anticorrupção, e a partir de então, manifestações contra um partido só, o Partido dos Trabalhadores, a quem foi imposta a culpa de toda a corrupção, tanto a institucional quanto a privada. O cenário estava propício para a elite nacional, a elite estrangeira e os agentes estadunidenses aplicarem a guerra híbrida.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretende contribuir para a retomada do termo “Imperialismo” no estudo sobre a América Latina, em especial no debate sobre a participação dos Estados Unidos na política brasileira. Com base nisso, os conceitos abordados, como Golpe de Estado, Neogolpe e Guerras Híbridas, são essenciais para entender estes eventos históricos que procurou-se refletir. Ademais, com a conjuntura atual caracterizada pela ascensão de grupos autoritários e conservadores, entender os golpes é fundamental para se entender também como enfrentá-los, ou seja, conhecer as causas e consequências destes acontecimentos é relevante para entendermos também como se aplicam as Guerras Híbridas e buscarmos formas de reagir. Assim, buscou-se fazer uma comparação entre a influência norte-americana nos golpes de 1964 e 2016 no Brasil.

Dessa forma, foi identificado que em 1964 ocorreu um Golpe de caráter militar, na qual houve a destituição o presidente João Goulart, marcado por uma campanha de desestabilização e conspiração por parte dos EUA, primeiro com financiamento de opositores e produção midiática, depois com o Plano de Contingência e Operação Brother Sam. Já o neogolpe de 2016 foi causado por uma guerra híbrida, com práticas de lawfare, destituindo a presidente Dilma Rousseff. Em ambos os golpes existiam discursos de defesa

da democracia, mas de sentidos diferentes, tal que em 1964 o discurso era anticomunista e em 2016, com o fim da guerra fria, passou a ser o de anticorrupção.

No entanto, embora hajam diferenças, é possível observar algumas semelhanças entre a participação estadunidense nos dois eventos. Entre as semelhanças podemos ressaltar a aliança de grupos brasileiros com agentes externos, o financiamento de instituições com intuito de desestabilizar um governo com interesses que contrariavam, mesmo que não totalmente, os anseios norte-americanos, sendo elas o IPES e o IBAD em 1964, e o MBL e EPL em 2016 via *Atlas Network*. Houve também o papel da mídia como manipuladora de opiniões e apoio de parte da população. Vale lembrar, que em ambos havia a preocupação em manter aparente legalidade. E nos dois eventos foram impostos no poder governos submissos aos americanos, numa tentativa dos EUA de manter a influência no país.

REFERÊNCIAS

ACBRAZIL lessons. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal f35mm filmes/fotos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tbPLM5onjLk&feature=youtu.be>. Acesso em: 14 out. 2020

ALVES, Giovane. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (Pernambuco). **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)**: IBAD e IPES. Recife, 2016. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BORÓN, Atilio. A questão do imperialismo. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2006, 459-483.

BRUIT, Héctor Hernán. *O imperialismo*. Atual, 1986.

D'AGOSTINO, Rosanne. Plenária do STF reconhece decisão da Segunda Turma que declarou Moro parcial ao condenar Lula. **G1**, Brasília, 23 de jun. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/plenario-do-stf-reconhece-decisao-da-segunda-turma-que-declarou-moro-parcial-ao-condenar-lula.ghtml>. Acesso em 04 de ago. de 2021.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Golpe de 64 e a Guerra Fria: Origens e Antecedentes. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. *Anais eletrônicos...* Santa Cruz do Sul: Universidade Federal de Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1470405560_ARQUIVO_TextoAnpuhUNISC2016.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

FICO, Carlos. João Goulart e a “Operação Brother Sam”. In: _____. **O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. cap. 2, p. 67-113.

GLOBO Comunicação e Participações S.A. Entenda o caso de Edward Snowden que revelou espionagem dos EUA. *G1*. São Paulo, 14 fev. 2014. Disponível em: <http://glo.bo/19Rj2g6>. Acesso em: 14 out. 2020.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. O Brasil na mira do tio Sam: o projeto Pontes e a participação dos EUA no golpe de 2016. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 18., 2018, Niterói. *Anais eletrônicos*...Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1530472505_ARQUIVO_KANAAN,GabrielLecznieski.OBrasilnamiradoTioSam%5BANPUHRJ%5D.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LARA, José Victor de. A Participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-militar de 1964: breves apontamentos para uma revisão historiográfica. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA REGIONAL DA ANPUH-PR, 15., 2016, Curitiba. *Anais eletrônicos*...Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1468195370_ARQUIVO_trabalho_anpuh_2016.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

LUCENA, Eleonora de; LUCENA, Rodolfo. Agentes externos provocaram uma “guerra híbrida” no Brasil, diz escritor. **Brasil de Fato**, [S. l.], p. 1-8, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/agentes-externos-provocaram-uma-guerra-hibrida-no-brasil-diz-escritor/>. Acesso em: 14 out. 2020.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 55-97, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revciensio/article/view/11747>. Acesso em: 13 out. 2020.

MOTA, Leonardo de Araújo e. Capitalismo Contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 1(1), p. 51-64, 2013.

NOBRE, Carlos Eduardo. Ensaio sobre a geopolítica do golpe político-institucional brasileiro de 2016. **Terra Livre**, São Paulo, ano 33, v. 2, n. 51, p. 54-93, 2018.

O dia que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2012. DVD, (77 min), NTSC-VHS, son., cor., leg.

OXFAM BRASIL. País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras. In: OXFAM BRASIL. **OXFAM Brasil**. [S. l.], 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/?_ga=2.150539060.360556330.1598662224-817472247.1597337262. Acesso em: 14 out. 2020.

PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, Junho 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7329200000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2020.

RODRIGUES, E. B. Estado pós-democrático, lawfare e a decisão do TRF-4 contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. In: PRONER, C. et al. (org.). **Comentários a um acórdão anunciado: o processo Lula no TRF4**. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 79-84

SÁ CORREA, Marcos. 1964: visto, anotado e comentado pela casa branca. **Jornal do Brasil Especial**, Rio de Janeiro, p. 1-6, 19 dez. 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=1964%20visto%20,%20anotado%20e%20comentado%20pela%20casa%20branca&pagfis=153055. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUZA, Mateus Menezes de. Revoluções Coloridas e o Golpe no Brasil em 2016. **Terra Livre**, São Paulo, ano 33, v. 2, n. 51, p. 16-53, 2018. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/1519/1396>. Acesso em: 13 out. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 35

Alcides Cruz 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115

América Latina 11, 12, 13, 14, 19, 20, 22, 25, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 57

Análise de Redes Sociais 92

Arte Cemiterial 1, 4, 5, 6, 8

Artista Xamã 74, 82

C

Castro Alves 116, 117, 118, 119, 120, 122, 127, 128

Cidade de Bauru 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10

Cidades 2, 4, 5, 8, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 43, 60, 61, 113

Compadrio 92, 93, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

CONTUA 11, 12, 13, 14, 18, 20, 21

Coronelismo 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

COVID-19 2, 6, 74, 75, 76, 77, 79, 82

Crítica pós-colonial 116

D

Direito urbanístico 105, 115

E

Escravidão 38, 40, 42, 43, 44, 92, 104, 118, 119, 120, 121, 122

Espaço urbano 9, 22, 33, 34, 113

F

FASUBRA 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

G

Geografia religiosa 22

Golpe de 1964 46, 47

H

Hierarquias sociais 92

História 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 22, 23, 24, 26, 34, 35, 40, 45, 49, 56, 57, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 87, 89, 90, 91, 92, 104, 105, 106, 114, 115, 117, 123, 126, 127, 129

História do direito 105, 106, 114, 115

Historiografia 74, 77, 80, 90, 97

I

Imperialismo 46, 47, 52, 55, 56

Intervenção 13, 16, 26, 49, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 114

M

Maçonaria 35, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 45

Monte Azul 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73

N

Narrativa 43, 52, 59, 61, 62, 63, 64, 74, 78, 80, 81, 89

Neogolpe de 2016 46, 47, 50, 55

P

Patrimônio cultural 1, 2, 3, 9, 10

Pesquisa narrativa 59, 62, 63, 64

Poesia 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 127, 128

Polícia 43, 63, 65, 69, 71, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115

R

Republicanismo 35

Resistência 12, 18, 38, 50, 64, 87, 114, 116, 117, 119, 123, 124, 127, 128

S

Sindicatos 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20

Slam 116, 117, 118, 122, 123, 124, 127, 128

T

Trabalhadores 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 37, 38, 43, 44, 55, 61

Trajectoria 9, 35, 48, 60, 62, 64, 85

Turismo 22, 28, 29, 30, 34

U

Universidades 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

V

Vilas 22, 27

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021